

19/05/2017	Despacho de aprovação
	1.ª Revisão
26/10/2017	Alteração: alínea b) do ponto 5
	2.ª Revisão
05/01/2018	Alteração: alínea b) do ponto 5 e Nota do ponto 7.
	3.ª Revisão
09/03/2018	Alteração: alínea b) do ponto 5
	4.ª Revisão
21/02/2019	Alteração: alínea c) do ponto 4

REGULAMENTO ESPECÍFICO N.º 16

1. Área temática: Mecanização agrícola e condução de veículos agrícolas

▪ Cursos de formação criados

Alínea d) do Artigo 2.º do Despacho n.º 3232/2017, de 18 de abril:

- Conduzir e operar o trator em segurança (COTS35) - 35 horas;
- Conduzir e operar o trator em segurança (COTS50) - 50 horas.

▪ Destinatários

Alínea a) do Artigo 3.º do Despacho n.º 3232/2017, de 18 de abril:

- Agricultores, operadores e trabalhadores.

2. Enquadramento

Artigos 6.º e 7.º da Portaria n.º 354/2013, de 9 de dezembro:

- Estabelece os critérios específicos do curso, de ingresso dos formandos e de seleção dos formadores;
- Estabelece as condições específicas de organização e as particulares para a realização das ações de formação, bem como as condições específicas para a realização da avaliação de aprendizagem dos cursos referidos, cujos programas estão disponíveis no sítio da DGADR e das DRAP.
- Quando as entidades formadoras não recorram ao programa equivalente à Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD) do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), pode ser aplicado o programa do curso de menor duração, designadamente o curso COTS35, independentemente de se tratar ou não de formação financiada. Através de "Norma Orientadora" efetua-se o paralelismo entre o curso criado e acima identificado, COTS50, e a UFCD do CNQ a considerar como equivalentes àquele curso.

3. Normas gerais aplicáveis ao curso:

- A certificação de entidades formadoras (públicas ou privadas), a homologação de ações de formação, o acompanhamento e a avaliação da aprendizagem são efetuados nos termos do Despacho n.º 8857/2014, de 9 de julho.
- Os cursos da área identificada, devem ser realizados de acordo com o respetivo programa, o presente regulamento e, quando aplicável, a Norma Orientadora.

Condições e critérios do regulamento

4. Critérios específicos de ingresso dos formandos

a) Idade: ≥ 18 anos;

b) Habilitação literária:

Escolaridade mínima obrigatória, em função do ano do nascimento, nos termos do n.º 3.1 do artigo 7.º, do Anexo, ao Despacho n.º 8857/2014, de 9 de julho:

- Quatro anos de escolaridade – nascimento até 31 de dezembro de 1966;
- Seis anos de escolaridade – nascimento entre 1 de janeiro de 1967 e 31 de dezembro de 1980;
- Nove anos de escolaridade – nascimento a partir de 1 de janeiro de 1981.

De acordo com alínea a) do n.º 3.2, do artigo 7.º, do Anexo, do referido despacho, podem ser ainda aceites formandos que não disponham de escolaridade mínima obrigatória, desde que comprovem saber ler e escrever.

c) Outros requisitos:

- Carta de condução da categoria B, C ou D (1);

ou

- Título de condução que habilite a conduzir veículos agrícolas, quando o seu titular pretenda atualizar conhecimentos.

(1) *Requisitos definidos tendo em atenção o cumprimento do Despacho n.º 1819/2019, de 21 de fevereiro.*

5. Critérios específicos de seleção dos formadores

a) Habilitação literária:

\geq Nível 4 ou equivalente na área das ciências agrárias.

b) Habilitação profissional:

- Curso Base de Mecanização Agrícola (BMA), ou equivalente, homologado pelo Ministério da Agricultura, com licença de condução de veículos agrícolas da categoria II ou III;

ou

- Curso “Conduzir e operar o trator em segurança” (COTST) destinado a técnicos, homologado pelo Ministério da Agricultura.

Ficam excecionados da apresentação de comprovativos da habilitação profissional os docentes do ensino superior e do ensino profissional detentores de licença de condução de

veículos agrícolas da categoria II ou III, que ministrem, ou tenham ministrado nos últimos cinco anos, e com o mínimo de cinco anos de atividade docente, unidades curriculares/UFCD na área temática da mecanização e condução de veículos agrícolas e higiene e segurança no trabalho.

Os docentes e ex-docentes não detentores de licença de condução de veículos agrícolas da categoria II ou III apenas podem ministrar as sessões científico-tecnológicas (CT) e as de prática simulada (PS).

c) Habilitação pedagógica:

- Certificado de competências pedagógicas (CCP), ou Certificado de Aptidão Pedagógica (CAP);
- Isenção nos termos do n.º2, do art.º 2.º da Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio".

Nota: Os formadores devem reunir cumulativamente os requisitos indicados.

6. Condições específicas de organização das ações de formação

As ações de formação são organizadas e orientadas por um coordenador pedagógico, que assegure:

- O cumprimento do programa, dos objetivos, e da programação efetuada;
- A disponibilização atempada dos recursos necessários;
- A manutenção da dinâmica de grupo nas sessões formativas e nos tempos livres;
- A articulação entre formadores, formandos e a entidade formadora;
- A continuidade dos trabalhos em sala, campo ou no decurso de visita de estudo e as atividades de avaliação e de organização do dossiê técnico-pedagógico do curso.

As ações são realizadas e organizadas segundo os respetivos programas de formação, respeitando a carga horária total e de cada módulo, bem como a relação entre formação em sala (Científico-Tecnológica e Prática Simulada) e em campo (Prática Simulada de Campo).

O programa do curso inclui a realização de sessões de Prática Simulada de Campo e a sua organização tem que considerar todos os itens contidos no formulário n.º 3.3 - "Plano de Sessões Práticas de Campo".

Para as sessões de Prática Simulada de Campo, tem que ser identificado o local de realização das mesmas.

Nas ações de formação em regime pós-laboral, as sessões de Prática Simulada de Campo têm que ser realizadas durante o período diurno.

7. Condições específicas para a realização de avaliação

Avaliação de reação:

A avaliação de reação deve ser efetuada no final da ação de formação, envolvendo os seguintes aspetos: organização, metodologia, conteúdos, participação pessoal, desempenho

dos formadores, desempenho do coordenador, meios disponibilizados e infraestruturas.

Avaliação formativa:

A avaliação formativa é efetuada no decurso da ação de formação, através de testes, trabalhos individuais ou em grupo.

Avaliação de conhecimentos sumativa:

A avaliação de conhecimentos é efetuada individualmente perante um júri presidido por um técnico a designar pela Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) e considerando que:

- A prova é constituída por uma componente teórica (oral) e uma componente prática subsequente.
- A componente teórica é composta por 10 questões, sendo que o candidato terá que responder acertadamente a pelo menos 5 questões.
- A componente prática incide sobre as aptidões e comportamento do formando perante uma situação simulada de condução e engate de alfaia, em segurança.
- A prova é concebida pelo técnico a designar pela DRAP e realizada e classificada pelo júri.
- A prova é pontuada numa escala de 0 a 20 valores.
- Serão considerados com aproveitamento, os formandos que tenham tido assiduidade e que obtenham aproveitamento em ambas as componentes da prova (teórica e prática), com classificação mínima de 10 valores em cada.
- Aos formandos com uma pontuação final igual ou superior a 10 valores, será atribuída a classificação final "Com aproveitamento".

Apuramento dos resultados da avaliação e ata do júri:

O júri deve efetuar o apuramento dos resultados da avaliação final através do preenchimento de:

- Formulário 8.2 – Mapa de Resultados da avaliação final;
- Formulário 8.1 - Ata da prova de avaliação.

Os formulários estão disponíveis nos sítios da DGADR e DRAP.

Nota: O formando que não obtiver aproveitamento no exame final poderá requerer mais duas avaliações. Em caso de reprovação nestas duas avaliações, terá de frequentar nova ação.

8. Despacho de decisão

Aprovo	
A Subdiretora Geral	